

**Economia positiva e economia
normativa**

Fernando Nogueira da Costa

**Texto para Discussão. IE/UNICAMP
n. 190, março 2011.**

ISSN 0103-9466

Economia positiva e economia normativa

*Fernando Nogueira da Costa*¹

Resumo

O objetivo deste Texto de Discussão é resenhar o atual debate sobre a inserção da economia brasileira no contexto mundial, particularmente, se o Brasil pode se prevenir do risco de enfrentar a chamada “doença holandesa”. Há debate inconcluso a respeito do seu diagnóstico. Alguns economistas acham que ela já está apresentando seus sintomas através da apreciação excessiva da moeda nacional e redução relativa dos empregos industriais. Outros opinam que ela de fato atacará em longo prazo, quando a exportação do petróleo extraído do pré-sal estiver em pleno ritmo. Além de breve Introdução e Conclusão, contará com três partes. Iniciará esboçando o contexto vivenciado e o cenário esperado. Em seguida, exercitará a Economia Positiva, ou seja, apresentará as posições em debate sobre *o que é*. Finalizará com Economia Normativa, isto é, as propostas sobre *o que deve ser*.

Palavras-chave: Economia brasileira; Economia internacional.

Abstract

Positive and Normative Economics

The aim of this talk is text summarizing the current debate about the role of the Brazilian economy in the global context, particularly if Brazil can prevent the risk of facing the so-called "Dutch disease". There is inconclusive debate about the diagnosis. Some economists think it already is experiencing its symptoms through excessive appreciation of the currency and the relative reduction of manufacturing jobs. Others claim that it actually will attack in the long term, when the export of oil extracted from the pre-salt is in full pace. Besides a brief introduction, will have three parts and conclusion. Begin by sketching the context and experienced the expected scenario. Then exercise the Positive Economics, or present positions in the debate about what it is. End with Normative Economics, ie the proposals on what should be.

Keywords: Brazilian economy; International economics.

Classificação JEL / JEL Classification: N46.

(1) Professor-adjunto / Livre-docente do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – IE / Unicamp. Blog: <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com>. <http://lattes.cnpq.br/6773853439066878>. E-mail: fercos@eco.unicamp.br.

Introdução

Há economistas que se limitam a dizer *o que é*, muitas vezes denunciando a situação, mas não se arriscando a propor medidas para solucionar o problema. Alegam que não fazem parte do governo (ou jamais farão pois serão eternamente contra qualquer governo), portanto, não cabe a eles fazer proposições de política econômica. Na conhecida metáfora, são “estilingues, não querem ser “vidraças”. Não tendo “telhado de vidro”, adotam quase sempre a fácil posição de “observadores críticos”: destroem reputações, mas não colocam alternativa viável no lugar. Exercem a chamada crítica “destrutiva” e não a “construtiva”.

Há outros economistas que sempre se imaginam estar no governo. Muitos, de fato, passaram por lá, porém, na ocasião, não conseguiram fazer nada do que depois de afastados passaram a pregar para a equipe governamental. Existe também um tanto que se oferece, ou melhor, oferece sua “sabedoria” para o governo. O que mais impressiona nesse caso é a suposição de que só ele foi privilegiado com inteligência especial e pensou algo que ninguém no governo jamais imaginou! Nesse caso, o melhor é raciocinar com humildade: “se fosse tão fácil, alguém já teria feito”.

Minha postura é sempre ler e escutar qualquer colega tentando alguma empatia, ou seja, eu me colocar em seu lugar, tentando primeiro entender a lógica de seu raciocínio, para depois então me posicionar. Classificação boa, que a meu ver ajuda entender o debate contemporâneo entre economistas, é reunir de um lado os que preferem exercer a Economia Positiva, ou seja, dizer “*o que é*” sem maiores pretensões. É como fossem doutores que fazem diagnósticos, mas não prescrevem medicamentos. Haveria, para eles, apenas dois tipos de problemas no mundo: os insolúveis e os que o tempo resolve. Acreditam que anti-corpos criarão os mecanismos de defesa necessários. Em Economia, o pensamento pode ser, em um pólo, “o livre mercado se ajustará” ou, em outro, “a economia de mercado está mesmo condenada”...

Sendo assim, os seguidores da Economia Positiva não possuem a ansiedade dos que seguem a Economia Normativa. Estes economistas estão sempre, em todos os artigos e palestras, dizendo “*o que deveria ser*”. Sua obsessão é normatizar, resolver os problemas de maneira prática. Pensam no *dever*, usam muito verbo no infinitivo, isto é, na forma nominal do verbo que

nomeia determinada ação. Em slide de PowerPoint, ditam regras: cortar, expandir, gastar, poupar, investir, etc. etc.

O objetivo deste Texto de Discussão é resenhar o atual debate sobre a inserção da economia brasileira no contexto mundial do início do século XXI. Pode ajudar a clarear posições, senão para a opinião especializada, pelo menos para estudantes de Economia. Além desta breve Introdução, contará com três partes e a conclusão. Iniciará esboçando o contexto vivenciado e o cenário esperado. Em seguida, exercitará a Economia Positiva, ou seja, apresentará as posições em debate sobre *o que é*. Finalizará com Economia Normativa, isto é, as propostas sobre *o que deve ser*.

1 Contexto ou cenário

1.1 Nova Divisão Internacional do Trabalho

Uma das maiores contribuições para história do pensamento econômico com base histórica na América Latina foi sugerida por Raúl Prebisch (1901-1986), economista argentino secretário executivo da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina – desde sua fundação, pela ONU – Organização das Nações Unidas –, em 1948, até 1962. Prebisch partiu da análise da propagação da tecnologia moderna e da repartição dos frutos do progresso técnico.

A característica principal da economia mundial, no Pós-Guerra, era a coexistência de um *centro*, que comandava o desenvolvimento tecnológico, e uma vasta e heterogênea *periferia*. O tipo de relações que existia entre o centro e a periferia estaria na base do fenômeno de concentração de renda em escala mundial, que se realizava principalmente por meio da *deterioração persistente dos termos do intercâmbio dos países periféricos*.

Os **termos de troca (TT)** medem a relação entre o índice dos preços das exportações (P_x) e o índice de preços das importações (P_M): $TT = P_x / P_M$. Constituem o *indicador do poder de compra no exterior* ao estabelecer a relação entre o preço médio das *exportações* e o preço médio das *importações*. Se os produtos importados estão em média mais caros do que os produtos exportados os *termos de troca* estão desfavoráveis. Com a *deterioração dos termos de troca*, é necessário doravante vender mais bens no exterior, para manter a

mesma quantidade importada de bens estrangeiros; com o mesmo volume de exportações, só pode-se comprar menor quantidade de produtos estrangeiros.

De te fabula narratur [de ti fala a história] era a sentença de Marx que afirmava que o futuro dos países de industrialização retardatária estaria espelhado no presente das economias mais avançadas. Entretanto, diferentemente dos marxistas, a análise dinâmica dos cepalinos indicava que não existia passagem predeterminada de uma fase de desenvolvimento a outra superior. Logo, os ideólogos desenvolvimentistas defenderam o planejamento da industrialização da periferia do capitalismo como a maneira de “saltar etapa” da história.

O futuro, finalmente, chegou para os países de capitalismo tardio! A pauta de exportação brasileira espelha a industrialização, pois se diversificou entre produtos básicos (41%) e industrializados (56%), estes divididos em semimanufaturados (13%) e manufaturados (43%). Outras exportações (3%) são operações especiais. O Brasil, recentemente, aparece entre os líderes da alta nas exportações, em dólares correntes, sendo que a alta nos preços das *commodities* é apenas parte da explicação.

Agora, as maiores economias desenvolvidas querem regular os mercados financeiros ligados às *commodities*. Estimam que os derivativos, concebidos como proteção contra grandes flutuações de preços, tornaram-se ativos financeiros como os outros, utilizados para especulação e favorecendo, na prática, as repentinas altas e baixas dos preços agrícolas e de *commodities* ligadas à energia. Em termos de estratégia geopolítica, o tema é fundamental para o Brasil, agora que ele se tornou o maior produtor e exportador mundial de *commodities* agrícolas e minerais metálicos, e entrará firme no mercado de petróleo.

O debate atual é se a nova “Divisão Internacional do Trabalho” veio para ficar com a China tornando-se a maior potência econômica mundial através da exportação de *commodities* industriais baratas. Nesse cenário, a exportação brasileira já possui muita pesquisa tecnológica embutida em seus *produtos comercializáveis*. Inverteria, dessa forma, a deterioração dos termos de troca de Prebisch: ela passaria ocorrer nos países de capitalismo maduro! O centro deixou de ser produtor de bens industriais e se constituiu em economia de

serviços e conhecimentos. Esses bens ainda são *não comercializáveis* em escala mundial.

1.2 Quina da sorte

Quina é a modalidade de loteria que premia o apostador que acertar o total de cinco números. A oposição continua a dizer que “o governo brasileiro tem apenas sorte”. Antes, porque tinha só deparado com conjuntura internacional favorável; pós-crise, porque foi sorteado com a quina! Apesar de Albert Einstein ter dito que “Deus não joga dados com o mundo”, parece que a oposição crê que “Deus é brasileiro”, torcendo somente para o País!

O País foi premiado com “quina” não por sorte, mas sim por ter acertado suas políticas e não ter continuado a se deixar conduzir pelo acaso do “livre mercado”. A *nova classe média* surgiu da política de salário mínimo real, formalização do mercado de trabalho, crédito, ensino superior, etc. O *bônus demográfico* é fruto da elevação da escolaridade, esperança de vida, igualdade de gêneros, etc. A produtividade (e competitividade) em *agroindústria* deriva muito da recuperação da Embrapa e do Banco do Brasil. Os financiamentos dos outros bancos públicos (BNDES e Caixa) são fundamentais para investimentos em *infra-estrutura, inclusive urbana*. Para a *matriz energética diversificada*, entre outras fontes, o biocombustível e o pré-sal, as empresas estatais foram (e são) imprescindíveis.

Após a liberalização comercial e financeira, no início dos anos 90, o governo neoliberal deixou o país acomodar-se a *padrão de integração internacional passiva*. Atraía fluxos financeiros estrangeiros com privatização, para tentar compensar os déficits comerciais provocados pela moeda nacional sobrevalorizada. Resultou em desnacionalização da base produtiva e elevação do conteúdo e coeficiente de importação.

A partir de 2003, o Brasil passou a *padrão de integração dinâmico*. Soube tirar proveito do aumento dos preços e das exportações de *commodities* agrícolas, minerais e metálicas. Com política externa (e comercial) ativa, diversificou o destino e a pauta das exportações. Assumiu o papel de fornecedor de alimentos, insumos e matérias-primas para o continente asiático.

Houve, então, mudança no vetor e na dinâmica de crescimento. A demanda externa dinamizava a demanda doméstica. A geração de imensos superávits comerciais resultou, pela primeira vez na história econômica moderna do país, em cinco anos seguidos de superávit nas transações correntes. Após adoção de política social ativa, inclusive com elevação real do salário mínimo, política de crédito, o mercado interno passou a apresentar crescente dinamismo autopropulsionado pela elevação de renda e emprego. Desencadeou ciclo de investimento durante 13 trimestres seguidos, de 2005 a 2008.

O otimista proclama que nós vivemos no melhor de todos mundos possíveis. O pessimista teme que isso seja verdade. O otimista acha tudo bom salvo a existência do pessimista. Este acha tudo ruim, salvo a si mesmo.

O pessimista acha que o otimista é “puxa-saco” do *establishment* e alerta sempre quanto ao risco do país retornar à “integração passiva e especialização regressiva”. Nova abertura financeira produziria, em curto prazo, superávit do balanço de pagamentos, mas com ainda maior tendência de apreciação cambial. Com o Banco Central mantendo a paranóia antiinflacionária, haveria nova rodada de atração de capital estrangeiro, gerando bolha no mercado acionário e desnacionalização da base produtiva.

Esse padrão de especialização regressivo teria baixo dinamismo industrial. Embora os setores de insumos básicos e agronegócio pudessem até manter elevada competitividade e exportação, os complexos eletrônico, mecânico e de bens saláris ficariam concentrados apenas na etapa de montagem final, com elevado conteúdo importado e voltados para o mercado doméstico.

Nesse cenário sombrio, perder-se-ia poder para enfrentar o acirramento da competição asiática em manufaturados no mercado doméstico e nos mercados de exportação do Aladi e do Nafta. O consumo se tornaria mais dependente das transferências do excedente do Pré-sal e do crédito do que do emprego e da renda.

Os economistas otimistas acreditam na influência salvadora do pessimismo. Com a continuidade da política governamental, a experiência desde 2003 indica melhor aproveitamento das oportunidades surgidas. A política de caráter nacional-desenvolvimentista utilizaria a elevação de *funding* via excedente do pré-sal e parte das reservas internacionais para lastrear o

financiamento dos processos de consolidação e internacionalização das empresas nacionais. Abriria possibilidade de empresas com comando nacional e investimentos em P&D tornarem-se “líderes” e/ou com melhor inserção na cadeia global/regional de valor. Maior adensamento e capacidade de encadeamento dos complexos mecânico, eletrônico e de bens saláris ocorreria com o fortalecimento do mercado doméstico, inclusive devido às transferências sociais do excedente do pré-sal para geração de renda e emprego. Enfim, se manteria a política de crescimento econômico com inclusão social.

1.3 Entre o SOREX e o MEREX

SOREX foi a alcunha elaborada por Rudolf Bahro para designar o Socialismo Realmente Existente, ou seja, o “socialismo” burocrático que correspondia pouco ao que os militantes de esquerda imaginavam. Em 1977, ele publicou o livro onde propunha a transformação do sistema do Estado do SOREX na “alternativa” genuinamente socialista, portanto, com liberdades democráticas.

MEREX foi o neologismo, criado por Vinicius Torres Freire (Folha de S. Paulo, 20/08/09), para distinguir entre o Mercado Realmente Existente e o que aparece na teoria econômica ortodoxa. Esta se baseia em tautologia: caso o mundo não fosse como ele é, o mundo deveria ser como ela imagina que ele seja, isto é, caso o mercado não tivesse falhas, ele seria perfeito... Ao supor isso, os economistas imaginavam que conseguiriam identificar suas falhas e, assim, propor mudanças para atingir o idealizado por eles mesmos!

O Brasil deve optar entre o MEREX dos Estados Unidos e o SOREX da China? O país deve se submeter à imposição unilateral do poder imperial norte-americano ou à sedução chinesa para negociação bilateral de tratados comerciais, garantindo fornecimento de energia e *commodities* a preços preestabelecidos?

Como alternativa ao dilema, houve esforço diplomático de expansão do G8 para o G20, isto é, as 19 maiores economias e a União Européia, como forma de coordenação mundial das políticas econômicas de enfrentamento da crise. Mas há dúvida se esse fórum coletivo terá força política para resolver divergências e convencer todos os governos a assumir responsabilidades compartilhadas.

Entre outros problemas, nesta década, as reservas mundiais elevaram-se de US\$ 1,9 trilhão para, no final de 2009, US\$ 9,3 trilhões. Os países emergentes detêm mais de 75% das reservas cambiais mundiais. A China, com US\$ 2,85 trilhões, detém 31% do total; o Japão, 11%; a Arábia Saudita e a Rússia, 5%, Taiwan, 4%. O Brasil, em sexto lugar, tem 3% do total. Desde 2001, houve perda de 10 pontos percentuais na participação do dólar nessas reservas internacionais, estando atualmente em torno de 62%. O abandono do dólar reforça a perda de poder aquisitivo das próprias reservas, pois a moeda americana se deprecia ainda mais.

Como a taxa de juros nos Estados Unidos está muito baixa, os investidores fazem *carry trade*, isto é, tomam empréstimos em dólar para comprar outros ativos, disparando as cotações de ações, ouro, *commodities* e outras moedas estrangeiras, inclusive o real. Portanto, é muito difícil o Brasil, isoladamente, se contrapor à tendência mundial de depreciação do dólar. Mas isso não deve significar inação. É necessário adotar medidas, mesmo que apenas paliativas, para impedir que a taxa de juros real brasileira esteja entre as maiores do mundo e a moeda nacional continue como a de maior apreciação.

O G2 (Estados Unidos e China) discute se a cotação da moeda chinesa pode ser flexibilizada de maneira a ser alternativa, atuando como suplemento ao papel central do dólar nas reservas mundiais. Transformado em moeda conversível, conjuntamente com o euro e o D.E.S. (Direito Especial de Saque do FMI), o Yuan poderia ser parte de um sistema de reservas multimoedas. Diminuiria também o superávit comercial chinês de quase US\$ 270 bilhões, em 2008, com os Estados Unidos. Em contrapartida, a China, que possui US\$ 1,4 trilhão em reservas aplicadas em ativos dolarizados, exige austeridade fiscal e elevação dos juros pagos pelos títulos da dívida pública norte-americana.

O que está por trás desse imbróglio é a dúvida sobre *a substituição do papel central dos Estados Unidos como propulsor da economia mundial*. As dívidas e o esforço de recomposição patrimonial das famílias restringem as importações para o mercado consumidor norte-americano. Para tanto, a China teria de mudar o foco na geração de mais 10 milhões de novos empregos por ano com base no dinamismo de suas exportações (2/5 de seu PIB) e, de certa forma, passar de seu “socialismo de mercado” para o de inclusão social. Com ampliação de seu sistema previdenciário e de saúde, aumento de produtividade

no campo e urbanização estima-se que aumentaria seu mercado interno em mais 200 milhões de consumidores. Em outras palavras, *a abertura comercial para o mercado chinês seria a melhor saída do desbalanceamento anterior da economia mundial, onde a América consumia e o resto do mundo financiava.*

Face a esse cenário, o Brasil tem agora o trunfo da mobilidade social que possibilitou a ampliação do seu mercado interno, tornando-o talvez o quinto maior do planeta. Está na hora de cobrar ingresso de entrada? É prudente adotar, unilateralmente, administração agressiva do câmbio ou do comércio exterior? O protecionismo financeiro deverá ser retomado? Entre o SOREX e o MEREX, todo cuidado é pouco na discussão da estratégia geopolítica do Brasil, para não ficar no pior dos dois mundos: o MERDEX, isto é, o Mercado Deficiente Existente.

2 Economia positiva: debate sobre o que é

2.1 Nova era ou conjuntura favorável: *Virtu X Fortuna*

André Singer abriu o debate político-acadêmico sobre o Governo Lula. Com *visão classista*, enfatizou a sociologia na análise do fenômeno “lulismo”. Marcos Nobre retrucou com *visão partidária*, portanto, utilizando-se mais de ciência política para analisar o que denominou “pemedebismo”. Aloízio Mercadante é economista. *Não se pode classificar sua visão como economicista*, porque esta significa a determinação da política pela economia, o que certamente ele não faz. Para Mercadante, o Governo Lula inaugurou nova era, denominada de “novo desenvolvimentismo”, para se distinguir das eras do “velho desenvolvimentismo” e do neoliberalismo.

Quem enxerga longa onda na história sofre de *viés historicista*, ou seja, sempre deseja “(re)contar (a mesma) história desde seu início”. Mas contar mais uma vez a mesma história recente significa recontá-la melhor? Na maioria das vezes a resposta é *não*, apenas se apura o empirismo em PowerPoint mais longo. Sem capacidade analítica, devido ao desconhecimento de teorias e conceitos, passa-se a fazer descrição factual, soma de clichês sem nenhuma ideia original ou inédita.

Na busca de *visão sistêmica (e sintética)*, pode se esquematizar também as características mais fortes de cada um dos grandes partidos políticos. A direita

muda os nomes de seu partido, mas não abre mão da defesa conservadora do neoliberalismo. Alguns oportunistas se aliam à ela, justificando-se por “*real politik*”, ou seja, pelo realismo político que acaba se tornando apenas elitismo, defesa dos interesses da elite sócio-econômica. Outros se caracterizam pela defesa dos interesses de outras oligarquias regionais. O regionalismo de suas bases os transformam em grupo de pressão que veta qualquer deliberação governamental que contraria os interesses paroquiais ou clientelistas. Finalmente, o partido da esquerda se caracteriza pelo sindicalismo e/ou basismo dos movimentos sociais. Mas o culto à popularidade de seu líder não pode ser confundido com o populismo de outrora, cujo Estado Novo não era nada democrata.

Com sistema partidário fragmentado, em que nenhum partido alcança a maioria congressual, isoladamente, obriga-se a coalizão entre partidos ideologicamente heterogêneos para se conseguir a chamada “governabilidade”. O resultado é o amálgama de interesses locais e clientelistas que mais atrapalha do que ajuda, tecnicamente, o bom governo.

A oposição, antes da Grande Crise Mundial de 2008/2009, dizia apenas que os sucessos governamentais eram frutos de “continuidade da política econômica”. A manutenção do tripé meta de inflação-câmbio flexível-superávit primário diz pouco a respeito da dosagem de cada instrumento e exclui política econômica chave do crescimento: política de crédito que o governo anterior sequer cogitou.

Além disso, alegavam os opositores de que o contexto internacional era “pura sorte” (*fortuna*). Não reconheciam a virtude (*virtu*) de saber se aproveitar dele com política comercial ativa e se defender dele com política anti-cíclica reativa. Não se comparam as políticas econômicas de enfrentamento das crises internacionais dos anos 90 e 2001 com a de 2008-2009, cujos resultados foram muito superiores.

Esse *reducionismo* que resume tudo à política econômica em curto prazo para enfrentar problemas conjunturais, embora predomine na imprensa brasileira (e entre os ideólogos neoliberais), deve ser evitado. Para se responder com certa profundidade à questão “*Que País é Este?*”, é necessário adotar *abordagem estruturalista*, comparando a diversificação de suas atividades setoriais face à de outros países em estágios de desenvolvimento distintos.

Nessa *análise institucionalista* salta à vista a importância histórica de instituições brasileiras de pesquisa tecnológica como Embrapa/IAC no desenvolvimento da agroindústria brasileira, Embraer/ITA na indústria aeronáutica, Petrobrás, especialmente, na fronteira tecnológica da prospecção e exploração do petróleo em “águas profundas”. Isto sem esquecer o papel do BNDES no financiamento da infra-estrutura e logística, do Banco do Brasil no crédito agrícola, da Caixa Econômica Federal no desenvolvimento urbano.

Outra repartição analítica da realidade importante para a ponderação de argumentos é *a separação estratégica entre mercado interno e mercado externo*. Para fomento do primeiro, a emergência da Nova Classe Média foi fruto de políticas públicas ativas em transferência de renda, aumento do salário mínimo, crédito popular. O consumo familiar pesa pelo menos 60% no crescimento do PIB brasileiro. O mercado externo, cujo dinamismo se deve muito à emergência da China como grande potência econômica mundial, explica o crescimento das exportações brasileiras mesmo com o câmbio desfavorável. Os preços das *commodities* tiveram papel chave no recorde histórico alcançado na exportação. Entretanto, a China não explica tudo da “nova era”...

Em síntese, *análise sistêmica (e sintética) do Brasil recente tem receita complexa: é necessário ponderar todos os ingredientes, com “pitadas disso e daquilo”, mas com hierarquização dos argumentos*. Tudo tem sua importância, mas nem tudo com o mesmo peso. Volto à minha TAM – Tropicalização Antropofágica Miscigenada. Para ter alguma noção da Nação, precisamos desse conceito. O Brasil não é fácil de entender para os que se acham de “raça pura” e só tem ideias de outro lugar...

2.2 Leis da Tropicalização Antropofágica Miscigenada

A abstração de modelos econométricos leva-os a não se importar de assumir *hipótese irrealista*. Talvez a mais comum seja a “*ceteris paribus*”, isto é, “tudo mais constante”. O modelador supõe que são apenas variáveis as que ele está focalizando ao buscar eventual correlação ou até mesmo relação de causalidade entre elas. Sua teoria é construída a partir de regularidades. Aprendizagem é repetição. Assumindo a hipótese de que não haverá nenhuma mudança, tudo ficará tão regular como no passado e se poderá, facilmente, prever o futuro!

Assim, os modelos se tornam estáticos e automáticos... ou mecânicos como a gangorra: se uma variável está subindo, a outra tem de estar descendo. Por exemplo, se a taxa de juros cair, subirá a taxa de câmbio e a taxa de crescimento industrial, abstraindo que a taxa de inflação também poderá se elevar. No debate atual sobre a política monetária do Banco Central do Brasil, os heterodoxos acham que a taxa de juros está elevada por simples “má vontade”, ou mesmo incompetência, enquanto seus defensores estão assumindo a esdrúxula hipótese de que “a taxa de juros básica é elevada porque existe taxa de juros baixa”!

O aumento do crédito direcionado em longo prazo a setores prioritários por parte do BNDES (infra-estrutura), da Caixa (habitacional) e do Banco do Brasil (agrícola), segundo essa hipótese ortodoxa, obrigaria o Banco Central a fixar a taxa básica de juros de curto prazo (Selic) em nível mais alto. Como parte significativa dos empréstimos – 33% do total, considerando só o crédito direcionado, e mais de 40%, somando ele com o crédito consignado – não seria afetada pela elevação da Selic, o Comitê de Política Monetária (COPOM) calibraria os juros básicos em patamar ainda mais alto para compensar essa inoperância com elevação maior dos custos de créditos com recursos livres e, supostamente, controlar a demanda agregada e combater a inflação.

Essa situação aumentaria o custo do ajustamento para a sociedade ou, na “maneira moderna” de dizer a mesma coisa, “diminuiria a eficiência da política monetária”. Eu prefiro dizer que, no fundo, os ortodoxos querem “tudo mais constante”, quando se eleva o juro para alcançar a meta da taxa de inflação.

Em outras palavras, o meio “apagão” da “força” da política monetária seria porque sua “linha de transmissão” para a demanda agregada estaria parcialmente cortada, devido ao “jeitinho brasileiro” de fazer seu contraponto. Reservas internacionais elevadas, expansão real da massa salarial, crédito farto e com ampla fatia de empréstimos a custos inferiores aos de mercado, projetos sociais de transferência de renda e a política de reajustes reais do salário mínimo, com seu impacto sobre os benefícios previdenciários, ajudam a explicar o crescimento do PIB. Alguns economistas ortodoxos se arrepiam com a contraposição à política monetária e os custos fiscais embutidos nesse “jeitinho brasileiro”.

Ao longo de sua reprodução social, incansavelmente, o Brasil põe e repõe “idéias de fora do lugar”, sempre em sentido impróprio à ortodoxia. Chamamos essa adequação de políticas e instituições ao ambiente nacional de **Tropicalização Antropofágica Miscigenada**.

O *ceteris paribus* de modelos dos ortodoxos não lhes permite enxergar o dinamismo do crédito dirigido a investimentos. Ele altera a oferta agregada, ou seja, eleva a capacidade produtiva da economia. Os ortodoxos deveriam rever seus conceitos e refazer cálculos para avaliar se mantém o *produto potencial* inalterado. A menor taxa de juros de longo prazo no passado permite adotar no presente menor taxa de juros para controlar a demanda agregada em curto prazo. Esta atinge mais o custo do crédito ao consumo, aquela estimula investimentos.

A propósito do comportamento dos bancos públicos no contexto da política monetária, podemos relembrar **a primeira das Leis da Tropicalização Antropofágica Miscigenada**: “*independentemente dos homens e de suas intenções, sempre que o Banco Central se entrega à austeridade financeira, os Bancos Federais escancaram os cofres, com a inevitabilidade quase de uma lei natural*”. Em outras palavras, sempre que o presidente do Banco Central do Brasil é monetarista, os presidentes dos Bancos Públicos são desenvolvimentistas. Isso teria ocorrido de maneira infalível em nossa história econômica segundo a visão irônica de Roberto Campos.

Mas é importante não interpretar essa lei no sentido negativo, ou seja, de que os bancos públicos inviabilizam a política monetária. Ao contrário, isso demonstra duas coisas: primeiro que a dosagem das operações deles é instrumento básico de política monetária e, segundo, que o direcionamento setorial do crédito dá-lhe flexibilidade que, no final das contas, é melhor para o país. O crédito direcionado funciona como “amortecedor” de recessão provocada pela ânsia de controle monetário geral por parte da autoridade monetária em sua paranóia antiinflacionária.

Vale sublinhar: seria absurdo imaginar-se que os bancos públicos pudessem ter orientação divergente do Governo, sendo dele peças integrantes. Podemos então formular **a segunda Lei da Tropicalização Antropofágica Miscigenada**: “*o comportamento dos bancos públicos é, por definição, o desejado pelo Governo*”.

2.3 Guerra cambial ou guerra religiosa

Na atual crise mundial, o risco de protecionismo aumentou por conta do choque entre a política de afrouxamento monetário dos Estados Unidos e a resistência da China em desvalorizar sua moeda mais rapidamente. Essa *guerra cambial* afeta todo o mundo.

Entretanto, aqui, essa *guerra cambial* parece ficar em segundo plano face à declarada *guerra religiosa* entre as igrejinhas do nosso meio profissional. Há, a priori, o posicionamento sectário de membros de correntes de pensamento econômico. Então, buscando clarear a *guerra santa* existente entre as diversas tendências da categoria profissional, cabe expor, em linguagem metafórica, acessível aos leigos, *os dogmas de cada linha de raciocínio*. É possível ilustrá-los com a exposição da *guerra de posições* na discussão sobre taxa de câmbio na economia brasileira.

O *pensamento pragmático*, geralmente adotado por economistas que assumem o governo, avalia que há espaço para as reservas internacionais do país continuarem crescendo e, dessa forma, ajudando a conter parte da apreciação do real em relação ao dólar americano. A autoridade monetária deve continuar comprando o fluxo positivo de capitais que ingressam no mercado brasileiro, mas sem ter como objetivo a defesa de determinada taxa de câmbio. Trata-se ainda de proporção relativamente baixa, face ao PIB, similar à de países que também têm recebido fortes fluxos de dólares.

Há, segundo o pragmatismo, duas linhas de defesa de caráter prudencial à forte entrada de dólar no país. No *plano macroeconômico*, o Banco Central seguir comprando reservas e esterilizando os reais jogados na economia no processo de compra de dólares. No *plano microeconômico*, continuar adotando normas prudenciais para evitar que ocorra expansão no crédito, a partir de captações de dólar feitas pelos bancos no exterior. Os *policy makers* não julgam necessário adotar medidas adicionais para tentar segurar a apreciação do real.

Qual é esta “igreja”? O Banco Central do Brasil pode ser visto como o próprio Vaticano, cujo presidente exerce o papel do papa! Acredita, piamente, que no fim, depois de muito sacrifício no purgatório, “Deus dará”... Até lá, quando os verdadeiros fundamentos colocarem o preço do dólar em seu valor

justo, os fiéis terão de se conformar com as agruras de sua depreciação pelo mercado mundial.

O *fundamentalismo de mercado* crê que o “câmbio flutuante é para flutuar”. Sendo assim, o déficit em conta corrente se encarregará, mais cedo ou mais tarde, de promover o ajustamento cambial desejado. Afinal, O Mercado (com letras maiúsculas) premiará os crentes e punirá os infiéis que não crêem em sua divindade sobrenatural, pois Ele é onipotente e onisciente.

Mas há os protestantes contra esse dogmatismo fundamentalista seguidor da Hipótese do Mercado Eficiente. Os *desenvolvimentistas*, inclusive com rachas partidários, hoje se dividem entre dois dogmas. De um lado, os “*evangélicos éticos*” com o costume protestante de promover a leitura cotidiana da Bíblia (*Teoria Geral* de Keynes), e, mais do que isso, de obrigar o fiel a ler os textos sagrados antes de convertê-lo. De outro lado, os “*evangélicos chiques*” que crêem que “publicações, Qualis e estrangeirismo são as provas da bênção divina”. O fiel testa o merecimento dessa bênção ao fazer “apostas” em O Mercado. Se Este acreditar na sinceridade do ofertante, “que se sacrifica”, dizem seus pastores, concederá a graça desejada.

Causa repugnância a adeptos de outras igrejas. Para eles, é igreja neoliberal envergonhada, predominantemente compostas de jovens, que promovem seminários e entoam cânticos: “Ah, eu sou maluco por Keynes!” O Renascer em Keynes, por razão marqueteira, teria se autodenominado de “novo desenvolvimentismo” para se diferenciar daquele “velho desenvolvimentismo”.

Na atual guerra cambial (e religiosa), inicialmente, os “*novos desenvolvimentistas*” adotaram a tática de *guerra de trincheiras*, não dando certo, apelam agora para *guerrilhas* e/ou *ataques terroristas*. Clamam para as autoridades econômicas brasileiras aplicarem mecanismos de controle de capital, inclusive restrição quantitativa, por exemplo, “quarentena” de um ano para aplicações estrangeiras em títulos de renda fixa, “medida que, embora pareça radical, tem sido defendida até mesmo pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)”, espécie de Santo Pontífice do Mercado.

Ganhando essa guerra, em nome de O Mercado, isto é, dos interesses dos industriais sem competitividade contra as importações baratas e dos exportadores da agroindústria sem vida fácil com o câmbio desfavorável,

preparação *exorcismo*: choque cambial, choque fiscal e, depois, choque de juros contra o conseqüente choque inflacionário. A trágica conseqüência será o aborto do crescimento econômico, a queda dos salários reais, o corte de concursos públicos e o desemprego inclusive no setor privado. Voltará a estagflação.

Esse cenário catastrófico arrepia os “*velhos desenvolvimentistas*”. Criticam essa vacina abortiva com base na expectativa incerta de “doença holandesa”. Alertam que mesmo com a possibilidade da taxa de câmbio ser, no futuro, definida por *commodities* cujas exportações determinarão taxa mais apreciada do que aquela necessária às demais indústrias de bens comercializáveis, a antecipação do tratamento de choque (“overdose”) é equivocado.

De acordo com esses “*velhos desenvolvimentistas*”, a melhor estratégia é a gradualista, isto é, guerra de movimentos, que o Brasil já adota. Deverá continuar adotar, nos próximos anos, para ficar vacinado contra a “doença holandesa”: *a continuidade dos investimentos para melhoria da competitividade das empresas nacionais*. Se a Petrobras cumprir a meta de produção anunciada para 2015, o governo terá fonte de receita considerável, sob a forma de *royalties*, que poderá utilizar para o aumento de gastos em saúde e educação. O atual governo não se beneficiará das receitas que serão obtidas com o petróleo do pré-sal, e nem sofrerá da “doença”, mas deverá manter sua fé na cura!

Outra corrente é formada por *ideólogos da era do neoliberalismo* no Brasil dos anos 90. Segundo a tese esdrúxula então defendida por eles, os problemas em 2002 eram decorrentes de 2003, ou seja, a causa do presente vinha no futuro, isto é, o efeito era antecedente à causa! Entendeu? Ninguém entendeu... Mas causou confusão danada.

Hoje, com a economia caminhando para repetir taxa de crescimento econômico semelhante à registrada pelo PIB nos anos do “milagre econômico”, os *novos keynesianos* avaliam que a economia brasileira está novamente operando com plena utilização da capacidade produtiva. Como modernizaram só superficialmente a velha corrente de pensamento neokeynesiano fiscalista, eles continuam analisando a economia brasileira apenas pela ótica da demanda agregada, em curto prazo, sem considerar os incentivos à expansão da oferta agregada. Daí a ênfase no corte da demanda com conseqüente elevação da taxa de desemprego. Eles continuam vendo como o principal problema econômico o

excesso de demanda por mão de obra, que acaba por elevar os salários. Utilizam-se ainda do *Modelo de Três Hiatos*, em que recursos escassos limitam o crescimento do investimento: a escassez de poupança, o teto de divisas, e a restrição fiscal.

Destacam sempre que a economia tem limites, ironizando os heterodoxos por acharem que “não existe produto potencial”. Claramente, para os recessionistas, a economia brasileira está operando acima dos seus limites. Como os novos keynesianos brasileiros se utilizam da velha ideia pré keynesiana de poupança, para sair desse “excesso de demanda” sem aumentar a “poupança interna” a única alternativa seria com expansão da produtividade. Já que os avanços tecnológicos dependem de pesquisa científica não desenvolvida no País, importa-se mais tecnologia, justamente para ampliar a produtividade. *Isso vai na contramão da tese de desindustrialização.*

Os novos keynesianos acreditam que a economia brasileira está com pleno emprego. Eles refutam a ideia de que o Brasil está se desindustrializando. A verdade, para eles, é que por estar a mão de obra qualificada em escassez e por a economia brasileira estar se especializando em serviços, comércio e construção civil, a indústria não consegue concorrer na disputa pelo trabalhador.

No Brasil, nunca se atingiu taxa de desemprego tão baixa. A indústria se anima porque a demanda está mais alta e tenta contratar mais mão de obra, e aí o salário sobe. Os acordos salariais quebram recordes. Isso representa aumento do custo da mão de obra e, conseqüentemente, reduz a rentabilidade da indústria. Então a indústria não tem por quê produzir mais. Não há pressão sobre a capacidade instalada, mas sobre a mão de obra. E não é só na indústria de transformação, no setor de construção civil também. Não tem engenheiro e também não tem pedreiro.

Repetindo essa *hipótese neoliberal*: ao tentar produzir mais, o salário sobe, e com isso diminui a rentabilidade, então a indústria não produz além de certo patamar. Aumentam-se as importações não porque a indústria não tem condições de concorrência, mas porque ela está com pleno emprego.

Essa falta de mão de obra pode extravasar para aumento da inflação ou déficit não financiável nas transações correntes. Esse é que é o problema, segundo os novos keynesianos, não é a desindustrialização.

A ideia de que os preços das *commodities* estão em alta por causa da demanda chinesa e, brevemente, poderão cair e gerar sério problema é exagerada de acordo com essa ótica. Se daqui a cinco anos a China parar de consumir, a Índia assumirá a demanda. O mundo vive mudança estrutural profunda, semelhante a que ocorreu na passagem do século XIX para o XX, quando o país líder, a Inglaterra, era consumidor de *commodities* e então passou a ser os Estados Unidos, país produtor de *commodities*. Passaram-se, então, cem anos com os preços das *commodities* bem baixos, o que abriu caminho para a industrialização. Agora, a hegemonia está saindo dos Estados Unidos e indo para China e Índia, que, como a Inglaterra antigamente, demandam *commodities*.

O Brasil não tem população que representa um terço da humanidade, como têm China e Índia. Mas tem diversos desafios vencidos, o que deixa o caminho aberto. Superou-se a ideia de que o Brasil só crescia de maneira estável com ditadura, primeiro, com a industrialização induzida por Vargas e, depois, com os militares. Superada essa fase autoritária, no Brasil pode se ter economia que não vai crescer por saltos, mas sim crescer de maneira sustentada e com a sociedade usufruindo da democracia. Depois, superou-se também a ideia de que a única maneira de crescer era com inflação. Finalmente, a terceira questão foi os empresários e os próprios ideólogos neoliberais superarem o medo do Brasil ter governo de esquerda. Cruz credo! Vade retro!

2.4 Perda de competitividade da indústria brasileira

Apesar do contexto aparentemente favorável à exportação brasileira, a indústria de transformação perde espaço na produção da economia brasileira e mundial, tendência que pode ameaçar a consolidação de ritmo de crescimento mais expressivo nos próximos anos. O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) adverte que, enquanto no Brasil a fatia do setor no Produto Interno Bruto (PIB) está em queda, recuando da casa de 30%, nos anos 70, para nível inferior a 24%, atualmente, ela mantém trajetória de alta em países asiáticos que há décadas crescem a taxas elevadas. Na China, a fatia da indústria de transformação no valor adicionado total da economia pulou da casa de 35%, no começo dos anos 80, para 53%, em 2007. Na Coreia, a participação passou de 20%, nos anos 80, para 38% em 2007. Os números são da Organização das Nações Unidas (ONU), a preços em dólares de 1990.

Nesse cenário, a participação do Brasil no valor adicionado da indústria de transformação global caiu da casa de mais de 3%, no começo dos anos 80, para os 2,2% de 2007. Isso revela, segundo o IEDI, processo intenso e rápido de deterioração da competitividade do setor, atribuindo-se à apreciação da moeda nacional (ou queda da taxa do câmbio) a maior responsabilidade por essa piora. Para esse Instituto, a situação brasileira é reversível, mas exigirá esforço que passa não só por mudar o quadro de câmbio valorizado, mas também por medidas como a redução do custo financeiro na economia e dos encargos sobre a mão de obra e pela melhora dos sistemas de logística e da inovação empresarial.

Os números indicam que, para promover expansão a taxas expressivas, é fundamental que a indústria de transformação avance rapidamente. “Países com taxas robustas de crescimento tiveram na indústria o principal apoio”.

Segundo o estudo do IEDI, “China, Coreia do Sul, Indonésia, Índia, Malásia, Tailândia e Irlanda, todos com taxas médias anuais de expansão superiores a 5% ao ano entre os anos de 1970 e 2007, tiveram aumentos relevantes na participação de seus setores industriais no PIB. No outro extremo, países já industrializados e várias economias latino-americanas, dentre elas o Brasil, tiveram médias de crescimento abaixo de 5% ao ano e declinantes participações nos respectivos PIBs.”

Para o IEDI, o papel do câmbio tem sido relevante para explicar a perda de importância da indústria de transformação. Em primeiro lugar, *a tendência do real tem sido de apreciação, exceto em momentos de crise*, como em 1999, 2002 e 2008. Há grande flutuação do câmbio, o que também atinge a competitividade. Esses problemas do câmbio afetam especialmente a competitividade da indústria, que não conta com preços internacionais favoráveis na mesma intensidade que os setores que produzem *commodities*.

A apreciação do real tem no *diferencial de juros internos e externos* uma de suas principais causas. Não é o saldo comercial do agronegócio e da mineração que vem determinando a apreciação da moeda, pois não há oposição entre agricultura e indústria ou entre a economia industrial e a de *commodities*, tampouco existindo a necessidade de o país optar por especialização em algum desses segmentos. O êxito simultâneo da indústria e dos demais setores é perfeitamente possível, considerando-se, evidentemente, a obtenção de taxa de câmbio competitiva.

O estudo do IEDI afirma que *não há uma solução única para reverter esse quadro para a indústria*. Mexer no câmbio é importante, mas também é fundamental diminuir o custo financeiro e tornar menos pesado os encargos que encarecem a mão de obra, assim como melhorar a logística. Ele destaca ainda a necessidade de políticas voltadas à indústria, à inovação empresarial e à sustentabilidade. Outro ponto crucial é o país desenvolver regime mais avançado de financiamento de longo prazo. É importante algo que contemple, além do BNDES, mecanismos voluntários de crédito bancário em longo prazo e de instrumentos do mercado de capitais.

3 Economia normativa: propostas sobre o que deve ser

Há debate inconcluso a respeito do diagnóstico da “doença holandesa”. O alarme contra essa praga que se dissemina como a “maldição das *commodities*” prega que o aumento de receita decorrente da exportação de recursos naturais irá desindustrializar a nação devido à apreciação cambial, que torna o setor manufatureiro menos competitivo aos produtos externos. Ela já está demonstrando seus sintomas através da apreciação da moeda nacional? Ou ela de fato atacará no médio ou longo prazo, quando a exportação do petróleo extraído do pré-sal estará em pleno ritmo? Há tempo suficiente para a vacinação preventiva?

3.1 Defesa com política econômica em curto prazo contra apreciação da moeda nacional

Embora ainda falte clareza sobre a estratégia a se adotar para construir cenário futuro brasileiro promissor, a imprensa insiste em divulgar apenas as críticas contra a apreciação da moeda brasileira, tema de debate intenso entre especialistas curto-prazistas. Uns culpam o real apreciado pelo que chamam de “*reprimarização*” de exportações ou “*desindustrialização*” do país. Outros veem a apreciação da moeda nacional como fenômeno inevitável e cobram políticas para conviver com ela.

Não há quem proponha, claramente, a volta ao regime de câmbio fixo no país, mas há muitos que falam em “desvalorização cambial”, o que rigorosamente significa o Banco Central do Brasil defender cotação oficial do dólar em nível mais elevado que o mercado de câmbio estabeleceria por si só.

Há divergências em relação a dois pontos considerados essenciais: primeiro, as *reformas macroeconômicas*, entre elas o aperto na política fiscal, para apoiar a queda dos juros e influenciar a taxa de câmbio, e, segundo, as *reformas microeconômicas*, aperfeiçoando o mercado de câmbio e promovendo medidas para reduzir o “custo-Brasil”.

Alguns *economistas desenvolvimentistas*, ligados à corrente de pensamento da equipe econômica governamental, discordam da tese de que é preciso cortar gastos para abrir espaço à queda dos juros. Afirmam que é exatamente o contrário: a redução dos juros abriria “espaço fiscal” para os investimentos e a redução da dívida pública. A argumentação da atual Diretoria do Banco Central do Brasil defende que com política fiscal austera se controla a demanda agregada, permitindo, de maneira coordenada, gradual baixa na taxa de juros, o que se refletirá na queda dos encargos financeiros com a dívida pública e no crescimento do PIB, diminuindo a relação dívida pública/PIB e, futuramente, a necessidade de elevados superávits primários.

Entretanto, os *economistas ortodoxos* resistem em discutir o tema desenvolvimento em longo prazo. Eles concluem que a redução do custo-Brasil através de “medidas horizontais”, como redução de tributos, melhoria da infraestrutura, redução da burocracia, etc., embora seja importante, não deterá a perda relativa de importância da indústria na pauta exportadora. O maior competidor da indústria nacional não é a indústria estrangeira, mas sim o setor primário nacional produtor de soja, minério, carnes, etc. Para eles, a tendência de apreciação da moeda brasileira segue a dinâmica mundial de aumento da demanda por *commodities*.

A redução do custo-Brasil, na realidade, beneficiaria a competitividade dos produtos básicos. Reverter a chamada “*desindustrialização*” exigiria medidas dirigidas apenas ao setor industrial, como o corte de impostos sobre folhas de pagamento da indústria de transformação, e outra medida típica do receituário neoliberal, a chamada “flexibilização do mercado de trabalho”.

Os *economistas ortodoxos* defendem que os juros são a única variável doméstica com influência sensível sobre a taxa de câmbio. Pesariam mais como determinantes os fatores externos, como os preços das *commodities* e a taxa de câmbio entre o dólar e as outras moedas do mundo.

Outros *economistas dotados apenas da “sabedoria convencional”* vêem, porém, razões “estruturais” domésticas para a apreciação do real. Citam, recorrentemente, a “carência de poupança”, que provocaria a “atração de poupança externa”, ou a posição de risco do país, ou, ainda, a proporção de ativos estrangeiros em relação a ativos domésticos no exterior.

Expressando o pensamento dominante no meio empresarial, a maioria dos articulistas na imprensa econômica brasileira defende a adoção de medidas fiscais para permitir a queda dos juros, sem que a facilidade de crédito daí resultante inflame as pressões inflacionárias. O efeito dessas medidas, segundo o alerta de seus modelos, será pequeno, pois a queda, por exemplo, de quatro pontos percentuais nos juros levaria cada dólar a custar apenas R\$ 1,75.

O *economista neoliberal típico* alerta que é preocupante saber que os integrantes da equipe econômica desenvolvimentista defendiam, até recentemente, amenizar os efeitos negativos do câmbio sobre a indústria apelando a medidas protecionistas, chegando até o controle administrativo das importações. Não é verdade. Impuseram, sim, algumas medidas paliativas de encarecimento das operações do capital estrangeiro através da elevação do IOF para maior regulação do mercado de câmbio.

Os *economistas ortodoxos* dizem que as movimentações financeiras, no mercado de câmbio, são incapazes de exercer influência consistente sobre a cotação do real, porque os fluxos de saída de investimentos compensam, no médio prazo, os fluxos de entrada. Não é o que diz, porém, qualquer *economista nacionalista* que, em análise sobre os mercados futuros e as chamadas operações de “*carry trade*”, se atentam para o efeito da expansão monetária americana sobre países emergentes como o Brasil.

O sistema cambial brasileiro, herdado do período de fortes controles e temor de evasão de divisas, dotou o governo de instrumentos falhos para lidar com essa “concorrência imperfeita”. Nela, bancos e fundos estrangeiros são os únicos autorizados a *operações no mercado de futuro*, que influem nas cotações presentes para importadores e exportadores. Um receituário capaz de impor custos às operações especulativas, portanto, seria indispensável.

3.2 Defesa com política industrial e tecnológica em longo prazo para mudança dos fundamentos

O “*velho desenvolvimentismo*”, renovado por visão neo-schumpeteriana, acha que, ressalvadas as exceções, a indústria brasileira está se descobrindo como descartável do ponto de vista internacional. Reconhece que a maioria dos economistas dirá que a perda de competitividade é devida ao câmbio; é evidente que contribui, mas o mais importante é a emergência da China.

Frente aos preços extremamente competitivos chineses, todos os países estão se esvaziando industrialmente, o que relativiza a ideia do câmbio. Esse fato torna-se ainda mais grave nos últimos dois anos, à medida que os países desenvolvidos, exauridos do ponto de vista fiscal, e presos na “armadilha da liquidez”, simplesmente buscam desesperadamente exportar.

O Brasil vem acumulando forças para o possível e desejado ingresso na Economia do Conhecimento. Porém, a inovação, a busca do futuro, não é do interesse imediato das empresas brasileiras. Muitos industriais brasileiros intuem que, se fizerem algumas poucas inovações, elas já bastarão. Porém, resta saber se a China não está fazendo mais inovações ainda para preservar sua competitividade.

Em paralelo, o Brasil vive momento inédito em que os recursos financeiros para projetos de inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia deram salto significativo nessa primeira década do século. Cerca de 60% dos gastos com pesquisa na América Latina acontecem no Brasil. Mas os resultados são bastante modestos, segundo discurso recorrente dos acadêmicos especialistas em política industrial, porque falta estratégia e há dispersão de recursos. Sempre criticam que “se está atirando em todas as direções” e, em seguida, elencam os setores industriais que acham tecnicamente prioritários. Porém, nunca se atentam para o conflito com interesses já estabelecidos.

Do ponto de vista da pauta tradicional de produtos brasileiros exportáveis, a China será ainda por muitos anos voraz consumidora. Ela instaurou a escassez no que toca às matérias-primas, o que vai se espelhar em preços que passam a oscilar muito acima do passado. Esse deslocamento veio para ficar porque é fruto da urbanização chinesa que ainda não alcançou a metade da população.

A China, portanto, continuará com forte demanda nos próximos quinze a vinte anos, garantindo oportunidades para os países que oferecerem recursos naturais. O Brasil está em lugar estratégico nessa nova divisão internacional do trabalho.

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) brasileira divulgou a previsão de 2 milhões de barris de petróleo extraídos do pré-sal, diariamente, a partir de 2015. Esse “período de graça” é para amadurecer novas alternativas. O “velho desenvolvimentismo” neo-schumpeteriano relata três caminhos possíveis de serem seguidos no modelo brasileiro de Economia do Petróleo.

Um deles é, simplesmente, explorar ao limite os recursos, não apenas do óleo como os demais recursos naturais, que estão imensamente valorizados. Essa é a *linha passiva de mera acomodação*. Ela pode ter resultados em curto prazo, mas apresentar dificuldades crescentes pela frente em futuro não distante.

A segunda via que caracteriza como mais *pró ativa* é a de procurar estender o impulso às importações de primários para trás e para frente, buscando o chamado *adensamento das cadeias*. Na realidade, esse segundo caminho nada mais é que a tentativa de retomada do projeto antigo de substituição de importações, aproveitando-se novamente das exportações de primários. Seria algo como *substituição de importações na margem*, ou seja ao longo do crescimento exportador. Essa via multiplica problemas na medida em que significa aumentar a presença e o peso relativo de indústrias e segmentos nos quais o Brasil não tem vantagens enraizadas permanentes, mas apenas transitórias: *o efeito carona*.

Ao mesmo tempo, a produtividade e o avanço tecnológico só fazem crescer na China e em outros pontos da Ásia nestes mesmos campos. Então, ao levar a fundo essa opção, estará se difundindo a ideia de estabilidade da Economia do Petróleo e o País estará se comprometendo com indústrias e com tipo de crescimento de perspectivas competitivas muito duvidosas. Significa não buscar sequer *identidade própria* do ponto de vista industrial e tecnológico.

Para o “velho desenvolvimentismo”, a terceira via é a de *criar a fronteira tecnológica própria*, com adequação às especificidades brasileiras, ao invés de meramente absorver o saber tradicional. Dessa forma, ao fazer *política industrial tecnológica*, não só se reforça a competitividade, mas também se

abrem novos espaços. São possíveis, por exemplo, as áreas de controle remoto, a indústria de automação, de novos materiais, de satélites para monitoramento e controle de vazamentos e desmatamento, nanotecnologia e muitas outras iniciativas.

Elas têm duas características. Primeiro, significam o desdobramento em novas direções do esforço de apropriação e uso dos recursos naturais brasileiros. Em segundo lugar, talvez venham a ser soluções de grande capacidade de transferência, ou seja, servem para número crescente de outros setores, por exemplo, equipamentos em campos diferentes, duráveis em geral e uma série de oportunidades de fronteira nas mais variadas atividades.

Esse tipo de política industrial e tecnológica, apontada como terceira via, não é inédito no mundo. Notoriamente, os Estados Unidos têm explorado essa via com enorme êxito com programas como o da corrida espacial e a internet. São todos programas nos quais ao invés de proteger o existente, colocam mais elos na cadeia. “O que é bom para os Estados Unidos, parece ser bom para o Brasil”, pois o país se lançou em programas que prometem grande fecundidade e versatilidade dos seus frutos que vão se desdobrando à medida que progridem as inovações e novas respostas são ensaiadas. Não controla com precisão o resultado, mas abre fronteiras próprias.

O cenário que se desenha para período dos próximos quinze anos é o desejável para o país assimilar e dominar várias tecnologias para alcançar infraestrutura mais adequada, investir em educação, reforçar o treinamento em nova direção, realizando processos conjugados e convergentes. É o “*período de graça*” que o mundo, em particular a China, está oferecendo para o Brasil, se tiver sabedoria, aproveitar.

Conclusão

Resenhamos, neste Texto para Discussão, as respostas das diversas “tribos” de economistas brasileiros às seguintes questões: “*Que País é este?*” e “*O que fazer?*”. São duas questões clássicas, respectivamente, da Economia Positiva e da Economia Normativa. Na política econômica, esta última analisa *como as autoridades governamentais devem agir*; aquela outra estuda *o que as autoridades fazem na realidade*.

A explicação do Brasil mais imediata para algum estrangeiro – sem apelar para clichê do tipo “País do Samba, Carnaval e Futebol” – é que aqui mora a quinta maior população de uma Nação. No entanto, de acordo com o WorldWatch Institute 2004, apenas 57,8 milhões de brasileiros estavam inseridos no mercado consumidor, considerando a renda per capita anual acima de US\$ 7.000 por Paridade do Poder de Compra. Era 1/3 da população total. Houve, desde então, política social ativa para massificação do mercado interno, possibilitando a inclusão social de mais de 30 milhões de consumidores, número que certamente ultrapassou o contingente existente na Alemanha em 2004 (76,3 milhões), até então o quinto maior mercado consumidor do mundo em número de consumidores. A emergência dessa “Nova Classe Média” foi fruto de políticas públicas como transferência de renda, aumento real do salário mínimo e crédito popular. O consumo familiar passou a representar pelo menos 60% do crescimento do PIB brasileiro.

A outra interpretação do Brasil, para quem não o conhece, é deduzida do fato do País possui o quinto maior território nacional. Não sofreu a fragmentação territorial pela qual passou a América espanhola. Foram razões históricas: invasão napoleônica da Península Ibérica e transferência do Império Português para a colônia brasileira. O Brasil equivale então quase à metade do continente, inclusive conta com mais terras agricultáveis e recursos naturais que seus vizinhos.

A retomada do crescimento em 2004 não se deveu apenas ao *mercado interno*. Ter adotado antes, desde o ano anterior, política de comércio exterior com política diplomática ativa para *abertura de novos mercados externos* foi crucial para aproveitar esse período de dinamismo da economia mundial. Sem dúvida, essa conjuntura favorável se deve muito à emergência da China como grande potência econômica mundial. O diferencial entre o ritmo de crescimento chinês e o brasileiro explica, parcialmente, o crescimento das exportações brasileiras mesmo com o câmbio desfavorável. Os preços das *commodities* tiveram papel chave no recorde histórico alcançado na exportação. Entretanto, a China não explica tudo da “nova era”...

Além da sorte (*fortuna*), houve a virtude (*virtu*) de ter condições e saber “aproveitar o dia” (*carpem diem*). Ficou evidente a importância histórica de ter preservado, contra a faina privatizante, as instituições brasileiras de pesquisa

tecnológica. O conjunto Embrapa/IAC foram fundamentais no desenvolvimento da agroindústria brasileira, o duo Embraer/ITA, na indústria aeronáutica, Petrobrás, especialmente, na fronteira tecnológica da prospecção e exploração do petróleo em “águas profundas”. Isto sem esquecer o papel do BNDES no financiamento da infra-estrutura e logística, do Banco do Brasil no crédito agrícola, da Caixa Econômica Federal no desenvolvimento urbano.

Todas essas instituições criaram os fundamentos que são relevantes para avaliar a inserção da economia brasileira no contexto mundial, particularmente, se o Brasil pode se prevenir do risco de enfrentar a chamada “doença holandesa”. Há debate inconcluso a respeito do seu diagnóstico. Alguns economistas acham que ela já está apresentando seus sintomas através da apreciação excessiva da moeda nacional e redução relativa dos empregos industriais. Outros opinam que ela de fato atacará em longo prazo, quando a exportação do petróleo extraído do pré-sal estiver em pleno ritmo.

Os primeiros necessitam se lembrar de que não é apenas a política cambial que determina a taxa de câmbio. Os fundamentos – paridade entre taxas de juros interna e externa, saldo das transações correntes, paridade entre poder de compra de cada moeda nacional – e a própria especulação dos participantes do mercado cambial também são determinantes.

Em curto prazo, alterar a paridade da taxa de juros, em regime de meta inflacionária, depende da evolução da taxa de inflação que, por sua vez, reflete bastante a própria taxa de câmbio. Os efeitos são circulares. Portanto, o risco do *overshooting* cambial, espécie de overdose no medicamento contra a “doença holandesa”, sempre proposto pelos lobistas da indústria, será provocar choque inflacionário que penalizará, de imediato, o poder de compra do povo brasileiro e, mais adiante, o próprio ritmo de crescimento da renda e do emprego com a política reativa de juros.

Assim, são melhores os instrumentos sustentáveis em médio prazo, como acordos bilaterais que colaborem para alcançar e manter o superávit do balanço de transações correntes. Mas fundamentais mesmo são os investimentos em infra-estrutura e logística, diminuição do custo-Brasil, educação, pesquisa científica-tecnológica, modernização do parque industrial, mecanização do campo e todos os outros fatores que elevam a produtividade no País e dão competitividade em custos para os produtos brasileiros. Esses são os verdadeiros

determinantes da taxa de câmbio em longo prazo: preços estruturalmente competitivos.

Quanto ao terceiro determinante, a especulação dos participantes do mercado de câmbio, qualquer economista nacionalista, analisando os mercados futuros e as chamadas operações de “*carry trade*” (arbitragem internacional tomando dinheiro barato e aplicando onde é caro), se atentará para o efeito perverso da expansão monetária americana sobre países emergentes como o Brasil. Não se pode, portanto, permitir a plena abertura financeira, com bancos e fundos estrangeiros autorizados a fazer operações no mercado de futuro que influem diretamente nas cotações a vista para importadores e exportadores. Nesse caso, é indispensável regular e impor custos às operações especulativas.

Em síntese, *análise sistêmica (e sintética) do Brasil recente tem receita complexa: é necessário ponderar todos os ingredientes, com “pitadas disso e daquilo”, mas com hierarquização e periodização dos argumentos – e das políticas*. Tudo tem sua importância, mas nem tudo com o mesmo peso e ao mesmo tempo.

Bibliografia

BAHRO, Rudolf. *A alternativa: para uma crítica do socialismo real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BANCO MUNDIAL (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento). *Recursos naturais na América Latina: indo além das altas e baixas*. Disponível em: <http://www.worldbank.org/>

COSTA, Fernando Nogueira da. *Blog*. Disponível em: <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>

COSTA, Fernando Nogueira da. *Economia em 10 lições*. São Paulo: Makron Books, 2000.

LAMUCCI, Sergio. Para IEDI, perda de espaço da indústria na economia pode ameaçar crescimento. *Valor Econômico*, 14 fev. 2010.

LAMUCCI, Sergio. As bases do novo desenvolvimentismo: análise do Governo Lula. *Valor Econômico*, 20 fev. 2010.

- LEO, Sergio. Estratégias para a guerra cambial (resenha da Revista Brasileira de Comércio Exterior). *Valor Econômico*, 29 nov. 2010.
- MAGALHÃES, Heloisa. País precisa aproveitar atual “momento de graça”. *Valor Econômico*, 17 dez. 2010.
- NOBRE, Marcos. *O fim da polarização*. Nem petistas, nem tucanos: o pemedebismo no poder. São Paulo: FFCHL-USP, 2010.
- ROMERO, Cristiano. Licitação acelerada do pré-sal pode levar à desindustrialização. *Valor Econômico*, 6 dez. 2010.
- SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, Nov. 2009.
- SINGER, André. A história e seus ardis: o lulismo posto à prova em 2010. *Folha de S. Paulo*, 19 set. 2010.
- SINGER, André. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo; n. 88, nov. 2010.
- VILLAVERDE, João. A economia tem limites e o país está no limite, diz Bacha. *Valor Econômico*, 22 dez. 2010.